

Operação Tempus Veritatis

PF deve usar discurso de Bolsonaro no inquérito sobre golpe de Estado

Ex-presidente citou durante ato em SP a 'minuta do golpe'; ele pode ser chamado a depor novamente sobre declaração

PEPITA ORTEGA

O discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante ato na Avenida Paulista, em São Paulo, no domingo, deve ser usado no inquérito da Polícia Federal que investiga uma tentativa de golpe de Estado. Na ocasião, diante de apoiadores, ele mencionou a "minuta do golpe" – da qual é suspeito de ser o mentor – e minimizou a existência do documento.

"Por que continuam me acusando de golpe? Porque tem uma minuta de decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição?"

Jair Bolsonaro

Ex-presidente, em discurso

Bolsonaro convocou o ato de domingo para se defender das investigações que o atingem. A mais recente delas atribuiu ao ex-presidente a redação e a revisão de uma "minuta do golpe", cujo objetivo seria anular o resultado das eleições de 2022 e evitar a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Bolsonaro, estados de sítio e defesa estão previstos na Constituição e só poderiam ser acionados depois de consulta a conselhos da República e deliberação do Congresso, o que não ocorreu. "Golpe é tanque na rua, é arma, é conspiração. Nada disso foi feito no Brasil. Por que continuam me

acusando de golpe? Porque tem uma minuta de decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição?", afirmou Bolsonaro na Paulista.

Ele prosseguiu: "Deixo claro que estado de sítio começa com presidente convocando conselho da República. Isso foi feito? Não. É o Parlamento que decide se o presidente pode ou não editar decreto de estado de sítio. O da defesa é semelhante. Ou seja, agora querem entubar em todos os nós um golpe usando dispositivos da Constituição cuja palavra final quem dá é o Parlamento".

A fala pode ser considerada pelos investigadores, caso haja ligação com provas já coletadas na Operação Tempus Veritatis. Existe, ainda, a possibilidade de Bolsonaro ser chamado a depor novamente, desta vez sobre o teor das declarações feitas na manifestação.

No início deste mês, o advogado Paulo Amador da Cunha Bueno, que faz parte da equipe de defesa de Bolsonaro, disse que o rascunho da minuta encontrado na sala do ex-presidente na sede do PL, em Brasília, é o mesmo documento que estava armazenado no celular do tenente-coronel Mauro Cid e que foi apreendido pela PF.

"O ex-presidente, a fim de tomar pé de todos os elementos constantes na investigação solicitou a mim que encaminhasse ao seu telefone celular o referido documento." Ainda segundo o advogado, Bolsonaro, que não gosta de ler arquivos na "tela diminuta" do celular, pediu o documento impresso.

REUNIÕES. A PF usa, em investigações, falas e manifestações do ex-chefe do Executivo federal para contextualizar situações e condutas consideradas suspeitas por parte de Bolsona-



Vaia

Lula não responde sobre ato de ex-presidente na Paulista

Questionado ontem sobre o ato de Jair Bolsonaro realizado no domingo, na Paulista, o presidente Lula não respondeu. A pergunta foi feita por uma jornalista durante evento no Planalto. Em seguida, foram ouvidas vaia da plateia, formada por integrantes do governo. ●

Eduardo Bolsonaro diverge de tom adotado pelo pai e critica urnas

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) criticou as urnas eletrônicas ao comentar o levantamento feito pela Universidade de São Paulo (USP) sobre a quantidade de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no ato realizado na Paulista, no domingo. A postura do deputado diverge da adotada pelo pai na manifestação, que evitou atacar diretamente o processo eleitoral.

O grupo de pesquisa Monitor do Debate Político no Meio Digital, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, estimou que o ato recebeu 185 mil pessoas. O levantamento da instituição mostrou um número três vezes menor do que a

estimativa divulgada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que falou em 600 mil manifestantes.

"A USP sabe contar tão bem quantas pessoas tem na rua, quanto a maquininha conta voto", afirmou o deputado no X. Ele não esteve na manifestação convocada pelo pai e justificou pelo atraso de 11 horas do voo dos Estados Unidos para o Brasil.

Ao Estadão, o coordenador do grupo da USP responsável pelo levantamento, Pablo Ortellado, disse que a afirmação de Eduardo foi tentativa de "desqualificar" o trabalho. "Temos feito estimativas de maneira séria, constante, com metodologia clara a partir de elementos que podem ser revisados. Gostaria de ver a metodologia e a fonte dos dados de quem acha que nosso trabalho não é sério." ● GABRIEL DE SOUSA

ro e de seus aliados. Uma reunião ministerial de abril de 2020, por exemplo, foi juntada aos autos da investigação sobre suspeita de interferência política na PF.

Já a reunião com embaixadores em que o então presidente fez ataques às urnas eletrônicas e à Justiça Eleitoral embasou ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que resultou na condenação do ex-presidente à inelegibilidade.

No inquérito que apura a

atuação de uma "organização criminoso" na tentativa de golpe, a gravação de uma outra reunião ministerial, de julho de 2022, passou a integrar a investigação. No encontro com auxiliares, Bolsonaro cobra uma reação ao TSE e fala em pôr em prática um "plano B".

Na avaliação do advogado Daniel Bialski, a existência de uma minuta e o fato "de as pessoas conversarem a respeito de golpe ou manifestação contra a conduta política do Bra-

sil" não é punível no campo penal. "No Direito Penal, temos os chamados 'atos preparatórios', onde não existe crime sem o início dos 'atos executórios', ou seja, alguma execução. Na minha avaliação são atos preparatórios", afirmou.

Segundo o criminalista, a conduta poderia ser moralmente punível, mas o fato de o ex-presidente mencionar o documento "não configura qualquer tipo de agravante", principalmente tendo em vista que "este fato, em si e por si, não foi executado".

Já o advogado Lenio Streck considera que as declarações de Bolsonaro podem ser usadas como prova na investigação. "Há uma sutileza nessa questão em que ele diz que a minuta era para fazer o estado de defesa e, assim, estaria dentro da Constituição. Ocorre que o estado de defesa como está na minuta era uma decretação de um golpe na medida em que não havia nenhum elemento que configurava a possibilidade do estado de defesa."

SILÊNCIO. O ato na Paulista ocorreu dias após Bolsonaro se negar a responder a questionamentos em depoimento na PF. Na quinta-feira passada, a corporação acompanhou oitivas de 23 investigados por suposto envolvimento na tentativa de golpe. Dos 23 suspeitos, 16 intimados se calaram, como Bolsonaro e os generais Augusto Heleno, Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira. ●

Queda durante ato

Ex-presidente visita apoiadora em hospital de SP

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) visitou ontem uma apoiadora que teria caído de uma árvore durante ato na Avenida Paulista. Nas redes, ele publicou um vídeo em que aparece conversando com a mulher internada na Santa Casa de São Paulo. Segundo o UOL, a mulher caiu da árvore e teve um dos pulmões perfurado quando participava da manifestação. ●



'Bambam X Popó'

Moraes diz que alunos não podem 'baixar a guarda'

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes disse ontem a alunos da Faculdade de Direito da USP que eles não podem "baixar a guarda" e "dar uma de Bambam contra Popó" na defesa da democracia. A citação faz referência ao desempenho do ex-BBB Kléber Bambam, que foi nocauteado aos 36 segundos de luta por Acelino Popó Freitas. ●